

**HABEAS CORPUS Nº 548.630 - MT (2019/0357018-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : **JOSÉ GOMES DE MATOS FILHO E OUTRO**  
**ADVOGADOS** : **JOSÉ GOMES DE MATOS FILHO - DF005137**  
 : **DIOGO TOSCANO DE OLIVEIRA REBELLO - DF042791**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PACIENTE** : **MARCELO WEBER GROMANN (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MARCELO WEBER GROMANN no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO.

Consta dos autos que o paciente teve decretada sua prisão preventiva pela suposta prática dos crimes de organização criminosa, uso de documento falso e falsidade ideológica.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça, que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 207):

HABEAS CORPUS – ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, USO DE DOCUMENTO FALSO E FALSIDADE IDEOLÓGICA – PRISÃO PREVENTIVA - I – FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA – FALTA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA CONDUTA IMPROCEDÊNCIA – DECISÃO - FUNDAMENTADA – PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA – DESCRIÇÃO SUFICIENTE DA CONDUTA INCRIMINADA - NECESSIDADE DA PRISÃO – EXPOSIÇÃO CLARA DOS MOTIVOS – GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO – NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – II - PRINCÍPIO DA CONTEMPORANEIDADE - VIOLAÇÃO - IMPROCEDÊNCIA -CRIME COMPLEXO E DE DIFÍCIL ELUCIDAÇÃO - III – SUBSTITUIÇÃO POR CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO – IMPERTINÊNCIA – INADEQUAÇÃO E FALTA DE EMBASAMENTO LEGAL – PRESSUPOSTO DA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO – ORDEM DENEGADA – CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL.

I - Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, revela-se adequada e fundamentada a custódia preventiva

com vistas à garantia da ordem pública, se evidente nos autos, a gravidade concreta do crime que, pelas suas circunstâncias – sonegação fiscal de alta monta contra o erário público, com envolvimento de várias empresas, pessoas físicas e funcionários públicos -, justificam manter-se a segregação do Paciente, especialmente, quando demonstrados fortes indícios de sua conduta, de forma particularizada, na conduta criminosa;

II - Não há motivo para se reconhecer a falta de contemporaneidade da prisão, tratando-se de crime complexo e de difícil elucidação, com vários acusados, apesar de entre os fatos delituosos e a decisão constritiva terem decorrido quase dois anos, pois, ao que tudo indica, os crimes somente foram descortinados no corrente ano, tendo, tão logo a d. autoridade policial tomado ciência deles, representado pela medida segregatória, deferida pelo d. Magistrado singular;

III - Demonstrada a necessidade da prisão preventiva para garantia da ordem pública, exclui-se a possibilidade de aplicação das medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP, posto, que incompatíveis com o decreto, por insuficientes, ou inadequadas, aliás, como prevê o art. 282, inciso I do CPP, sequer há amparo legal para as referidas cautelares.

A presente impetração funda-se na falta de fundamentação idônea para a decretação da segregação cautelar, tendo em vista *"que não se apontou na representação da autoridade policial, na manifestação ministerial ou mesmo na decisão judicial, qualquer elemento que indicasse o exercício de ingerência, coordenação ou chefia na suposta ORCRIM por parte do paciente, sendo ele, em outras palavras, MERO RESPONSÁVEL POR BUSCAR NOVOS INTERESSADOS NA AQUISIÇÃO DE NOTAS FISCAIS"* (e-STJ fl. 13).

Sustenta, ainda, que *"o paciente é primário e não registra antecedentes, além de que, segundo a própria acusação, ocupava posição de pequena importância dentro da pretensa organização criminosa"* (e-STJ fl. 11).

Diante disso, pleiteia a defesa, em tema liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os

# *Superior Tribunal de Justiça*

efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator